

# Entidades querem mais verbas para tecnologia

José Antônio Sarcinelli

Foto de Chico Guedes

A Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (Seict) e vários organismos privados e estatais da área de pesquisa, entre eles a Ufes, a Emcapa, o Bandes e a Findes, estão cobrando do governador



Rezende: fundo de ciência

Max Mauro a regulamentação do projeto de lei que garante o repasse de 2,5% da receita líquida de ICMS para o fomento da ciência e tecnologia no Espírito Santo. As entidades envolvidas no processo querem que Max cumpra o dispositivo da Constituição estadual e crie um fundo de apoio ao setor e um conselho com a função de traçar as diretrizes para a aplicação dos recursos, que totalizam Cr\$ 1,5 bilhão por ano.

De acordo com o secretário da Seict, Hélio Rezende Dias, em seu artigo 197, parágrafo segundo, a Constituição do Estado aprovou a medida e resta apenas da parte do governador a regulamentação da forma como se dará o repasse. Ele disse que, desde o início deste ano, a comunidade científica vem se reunindo e chegou a elaborar duas sugestões ao Governo, que estão nas mãos de Max desde março. A proposta é da criação do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Funcitec) e do Conselho de Desenvolvimento Tecnológico.

O Fundo, conforme Rezende Dias, ficaria com 40% dos recursos, enquanto os restantes 60% seriam destinados à secretarias e órgãos de Estado para o custeio de atividades próprias de pesquisa. O projeto das entidades prevê ainda o parcelamento do repasse do ICMS até 1993, quando se integralizaria a totalidade do índice de 2,5%. "Decidimos negociar com o Governo para amenizar o impacto financeiro", revelou o deputado estadual do PSDB Paulo Hartung, um dos líderes do movimento de defesa da tecnologia estadual. No acordo acertado com Max, 0,5% do ICMS seria repassado neste ano, 1,0% em 91, 1,5% no ano seguinte e os 2,5% previstos na Constituição em 93.

## Lei

Hartung acrescentou que há três anos a comunidade científica do Estado vem tentando garantir o apoio do Governo ao setor de pesquisa. Ele disse que chegou a apresentar uma emenda à Constituição antiga, que acabou sendo rejeitada. "Conseguimos aprovar o repasse obrigatório durante o processo constituinte. Mas agora dependemos do governador, já que um projeto que regulamenta a questão só pode ser de iniciativa

do Executivo, segundo diz a Lei Orgânica do Estado".

A preocupação do deputado com a demora do governador em definir o projeto é de que não haja mais tempo hábil de ser incluído o repasse no orçamento do próximo ano. Hartung lembrou que desde este ano já deveria ter sido destinado à ciência e tecnologia 0,5% do ICMS, o que não aconteceu. "Se Max demorar demais, poderemos ficar mais um ano sem o apoio, o que representaria um enorme prejuízo ao avanço tecnológico do Espírito Santo".

A importância da regulamentação do projeto de lei, para Hartung, é fundamental, uma vez que o Espírito Santo é o único Estado brasileiro que ainda não tem uma política definida para o campo da pesquisa tecnológica. Os trabalhos desenvolvidos atualmente, segundo ele, são isolados, e somente com o incentivo governamental o setor poderia dar uma contribuição significativa à solução dos problemas enfrentados pela indústria capixaba.

O técnico em ciência e tecnologia do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) Álvaro de Abreu, que vem desempenhando a função de assessoria especial ao Governo do Estado junto ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), também entende como fundamental a regulamentação do projeto de criação do Conselho e do fundo de apoio à tecnologia. Ele lembrou que as fontes tradicionais de fomento ao setor estão esgotadas e que é necessário o Governo estadual financiar os projetos.

Abreu ressaltou que o Espírito Santo é o Estado que menos gasta com pesquisa, pouco mais que 0,3% do orçamento. "Quem não partir para a modernização tecnológica cometerá suicídio. É a tecnologia que vai permitir o aumento da produtividade e a redução nos custos, dando mais competitividade às indústrias. Infelizmente, o Espírito Santo ainda não acordou para isso, enquanto outros Estados, como São Paulo, investem nesta área desde 1930".

O técnico do CNPq lembrou que, se não fosse o trabalho desenvolvido há dois anos pelo Bandes, o Estado estaria simplesmente com índice zero em avanço tecnológico. A ação do banco, segundo ele, permitiu que se criassem três importantes centros de desenvolvimento tecnológico para segmentos tradicionais da indústria capixaba: têxtil e de confecções, mármore e granito e metalmeccânica. Álvaro de Abreu considerou estas medidas como insuficientes e que há muito ainda o que fazer. "Mas só se modernizarão todos os segmentos com o apoio do Governo, via repasse financeiro".

Quem também acredita num novo impulso do setor de pesquisa no Estado é o diretor do Departamento de Pesquisa da Sub-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufes, Wanderley Nogueira. Ele entende que o fundo e o conselho permitirão a implementação de novos projetos na área, principalmente os originários do corpo de professores da Universidade. O diretor revelou que a Ufes tem hoje em andamento 477 pesquisas tecnológicas, nos diversos campos de conhecimento.